CAPÍTULO 8

Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

Geovana Teixeira Machado; Jorge Luiz Marques Schlichting

Resumo

O discurso de ódio não é um fenômeno novo na história da humanidade, muito utilizado no contexto das eleições com o objetivo de criar desconforto e medo nos candidatos alvos, especialmente contra as candidatas. Dentre as muitas razões que mantêm as mulheres longe do espaço político e da disputa eleitoral, o artigo visa explorar a violência político-eleitoral de gênero e suas ferramentas, como o discurso de ódio e os crimes eleitorais. A utilização dessas formas de violência política contra as candidatas tem o objetivo de deslegitimar e silenciar as suas pautas e sua própria figura política dentro do jogo eleitoral. Com o advento das redes sociais, essa violência política ganhou novos contornos e velocidade preocupantes dentro de um contexto democrático, pois com a possibilidade de propagar mensagens de forma rápida e fácil, naturalmente as eleições passaram a serem disputadas nesses ambientes digitais, aproximando o contato do internauta com o candidato. Sendo assim, o artigo busca identificar os discursos de ódio nas redes sociais como forma e expressão de violência política, mais especificamente: 1) identificar como se realiza a violência política-eleitoral contra as candidatas nas redes sociais; 2) identificar um paralelo entre tais discursos de ódio e crimes eleitorais e a violência político-eleitoral. A pesquisa foi feita a partir de revisão bibliográfica de trabalhos selecionados previamente que tratam sobre violência política e discurso de ódio, o intuito da revisão foi identificar definições sobre ambos os temas.

Palavras-chave: violência política; redes sociais; discurso de ódio; processo eleitoral; gênero.

1. Introdução

As eleições são o caminho de se chegar ao poder em um Estado democrático de direito, nelas diversos candidatos de diversos grupos e frentes sociais competem pelo voto do eleitor, sendo a principal forma de se apresentar ao eleitorado as campanhas eleitorais, onde se busca apresentar as propostas, história e perfil do candidato e da candidata. Tais campanhas são divulgadas em diversas mídias, desde televisão até redes sociais - como Facebook, Twitter, Instagram e Youtube - e é nessa última que a pesquisa se propôs a analisar a violência política contra as candidatas, bem como identificar um paralelo entre discursos de ódio e a violência política-eleitoral.

Assim sendo, a presente pesquisa parte do contexto em que o objetivo de ser eleito é participar ativamente da política, pois ela demarca um espaço de poder e, como tal, atuar nestes espaços é um desafio constante para qualquer pessoa, e quando se trata de poder no sentido de tomada de decisão, ou seja, mando em relação à comunidade política, os desafios só aumentam, especialmente para mulheres. Isto porque, dentro de um contexto democrático, a arena pública é marcada por conflitos de interesses para a persecução de um consenso. Nesse sentido, os espaços de tomada de decisão, como chefe de Executivo e membros do Poder Legislativo, são motivo de grande disputa. Essa disputa ocorre no seio do Estado Democrático de Direito, tratando-se, portanto, de uma competição regulada pela Lei e para fins de manutenção e consolidação do regime democrático. Neste contexto, Bobbio (2010, p. 326) resume o conceito de Democracia como “um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas”. Essa é uma síntese da teoria contemporânea da democracia, em oposição à teoria clássica, da qual Schumpeter foi quem primeiro rompeu com o paradigma vigente em 1942, “democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo

de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas” (SCHUMPETER, 1943, p. 242).

A teoria clássica entendia a democracia como um arranjo institucional para promover o bem comum a partir da vontade geral. No entanto, Schumpeter problematiza justamente como captar o bem comum e a vontade geral, considerando ainda sociedades cada vez mais complexas com múltiplos interesses conflitantes entre si (AMANTINO, 1998). A partir desta nova forma de se enxergar a democracia, muitos outros autores chamados de pós-schumpeterianos esboçam suas teorias, um deles é Robert Dahl.

Dahl põe em evidência a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão. E, portanto, o “controle” depende do outro lado do processo eleitoral, da competição entre os líderes pelos votos da população; o fato de que o indivíduo pode transferir o seu apoio a um grupo de líderes para outro confirma que os líderes são “relativamente afetados” pelos não-líderes. E tal competição é o elemento especificamente democrático do método, e a vantagem de um sistema democrático (poliárquico) comparado a outros métodos políticos reside no fato de ser possível uma ampliação do número, do tamanho e da diversidade das minorias que podem mostrar sua influência nas decisões políticas e no conjunto do caráter político da sociedade (PATEMAN, 1956, p. 133).

Isto é, os elementos importantes de uma democracia são o voto, a competição eleitoral, o accountability (responsabilização do político e dever de prestar contas) e a pluralidade, com a inclusão de minorias - caso contrário tratar-se-ia de uma oligarquia, virando a democracia uma ditadura da minoria. Dessa forma, entende-se que a democracia é o sistema que permite várias ideologias diferentes terem trânsito mais ou menos livre, bem como ter uma alternância de poder a fim de buscar maior igualdade substancial entre os diversos grupos sociais. Com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a democracia ganhou outra dimensão: o espaço

224 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

virtual. A essa relação entre tecnologia e democracia, está se consolidando o conceito de democracia digital ou eletrônica - e-democracy (SILVA et al, 2016, p. 17-33). Para Gomes (2018), a democracia digital decorre da digitalização da vida cotidiana. Isto é, estamos na Era da Informação e da Sociedade em Rede (CASTLES, 2005) em que a tecnologia adentra em todas as esferas da vida humana, seja na relação com familiares, seja com o trabalho, amigos e etc, portanto estamos o tempo todo conectados e com a política, não poderia ser diferente.

No entanto, nem sempre a relação entre tecnologia e democracia é positiva, no sentido de aquela incrementar ou melhorar esta. Em verdade, a tecnologia é apenas uma ferramenta, da qual os seres humanos utilizam para infinitas finalidades. Aliás, o próprio design é uma área do conhecimento que cuida para que a interface da tecnologia esteja a serviço das necessidades humanas, embora se tenha uma visão inicial de que a democracia digital é o uso da tecnologia para melhorar a democracia e sua qualidade, é preciso ponderar que, segundo Silva et al (2016).

Trata-se de uma conceituação de teor normativo, que vê a democracia digital como algo que pode melhorar o sistema político. Isso ocorre por estar umbilicalmente vinculada ao horizonte normativo da tradição democrática e suas deontologias. Nesta definição exclui-se, naturalmente, todo o uso de tecnologias digitais para ações autoritárias, para sabotar, obstruir ou impedir práticas democráticas. Portanto, assim como a Democracia é uma abordagem normativa dentro do campo mais amplo da Política, a e-democracy é também uma abordagem normativa dentro do campo mais amplo da e-politics. Por exemplo, a criação de plataformas on-line por redes terroristas ou por grupos racistas não são iniciativas de democracia digital, e sim ações que se situam na e-política. (SILVA et al, 2016, p. 19-20).

É nesse contexto de democracia digital que a disputa por cargos políticos acontece, mas a disputa nem sempre é “civilizada”, eleitores de um candidato podem atacar outro candidato - principalmente

se este candidato for integrante de minorias políticas - os comentários em postagens nas redes sociais de tais candidatos demonstram que o contato mais próximo com estes nem sempre traz benefícios a democracia, desde ofensas sobre aparência até ameaças são desferidas nas redes sociais. Mas, ao inserir o gênero na análise, verifica-se que a violência política dentro do processo eleitoral ganha contornos mais danosos à democracia, uma vez que constitui uma das muitas barreiras para a igualdade de representatividade de mulheres na política.

Partindo-se desse contexto, buscamos, identificamos e revisamos extensa bibliografia sobre o tema e assuntos conexos, sendo, pois, a metodologia adotada a de revisão bibliográfica, com o objetivo de responder a pergunta que orientou todo o trabalho: quais as ferramentas utilizadas como violência político-eleitoral de gênero nas redes sociais? Para isso, também é necessário entender qual a relação do discurso de ódio e os crimes eleitorais praticados contra candidatas nas redes sociais com a violência política.

2. Violência política de gênero no processo eleitoral

A violência política de gênero pode ser definida como toda ação ou omissão que tenha por objetivo retirar ou obstaculizar a entrada ou a permanência da mulher na política. Araújo (2020) aponta que essa violência pode ser direta ou indireta e que “além de desestimular a candidatura e limitar as ações praticadas no exercício de mandatos femininos, sendo assim uma das justificativas para o contexto brasileiro de baixa representatividade feminina no campo político” (ARAÚJO, 2020, p. 11).

É importante frisar que a violência política de gênero está presente em todas as etapas da vida política das mulheres, desde o momento em que decidem entrar no mundo político, até mesmo após eleita, no exercício do mandato. Não é raro depoimento de mulheres

226 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

declarando que sofreram pressão de sua família para desistir. O Instituto Updates (2020) entrevistou lideranças femininas pela América Latina e registrou:

Uma das deputadas estaduais que entrevistamos no Brasil, com uma trajetória marcada pela luta a favor da igualdade racial, passou por isso desde o momento em que decidiu ser candidata. “Ouvia isso da minha própria família. A cada derrota que eu chegava arrasada em casa, minha mãe e meus familiares diziam: Deixa isso para lá, não está vendo que é muito difícil? Tem que sair desse negócio de política porque é muito doloroso.” Para ela, as mulheres negras sofrem ainda mais. “A imagem da mulher negra nunca é associada ao poder.” (INSTITUTO UPDATE, 2020, p. 53)

Assim como casos de Fernando Cury¹ e Jair Bolsonaro² demonstram como não é raro a violência política durante o mandato, tendo como objetivo - ainda que inconsciente - deslegitimar e inviabilizar a atuação política da mulher, justamente porque dentro do contexto da sociedade patriarcal, o lugar da mulher seria em casa, cuidando dos filhos. Assim, a violência política é uma reação do sistema vigente para obstaculizar ao máximo a chegada e permanência das mulheres no poder. No entanto, em que pese ciente de toda a complexidade e abrangência da violência política de gênero, este

---

¹ Fernando Cury, deputado estadual em São Paulo, foi acusado, julgado e teve o mandato suspenso por seis meses após ter importunado sexualmente a deputada Isa Penna durante uma sessão no plenário da ALESP. “Em dezembro de 2020, uma câmara de segurança da Alesp flagrou o momento em que o deputado passou a mão no no seio da colega no plenário, em um abraço por trás, durante a votação do orçamento do estado para 2021” (<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml>)

² Na época ainda deputado federal, Jair Bolsonaro, disse sobre a deputada federal Maria do Rosário, “ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria (...) Eu não sou estuproador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não mereço”. O deputado federal foi julgado e condenado a pagar uma indenização à Maria do Rosário. (<https://veja.abril.com.br/politica/juiza-manda-bolsonaro-pagar-r-10-mil-a-maria-do-rosario-por-ofensas/>)

trabalho tem o enfoque em compreender essa violência numa parte do processo eleitoral: a campanha eleitoral nas redes sociais. Nesse ponto, é importante compreender toda a extensão e importância do processo eleitoral para a democracia numa perspectiva constitucional. Para a doutrina eleitoral, é comum importar o sentido de processo do Direito Processual sem uma adaptação constitucionalizada para a compreensão do processo eleitoral, para Gomes (2021):

Podem-se destacar duas dimensões da expressão processo eleitoral: a primeira refere-se “ao processo de formação e manifestação da vontade eleitoral”, enquanto a segunda relaciona-se ao “controle jurídico-eleitoral”, ou seja, o controle levado a efeito pelo processo jurisdicional eleitoral. (GOMES, 2021, p. 354)

No entanto, Gresta (2019) critica essa concepção por entender que parte de uma tradição processualista baseada na autoridade. Isso porque, o processo como relação jurídica, muito explorada pela doutrina clássica, coloca o poder de decisão no Estado-Juiz, porém isso não poderia ser aplicado ao processo eleitoral, uma vez que a decisão de quem está apto para ser mandatário é dos cidadãos, através do voto. Sendo assim, aponta para a necessidade de constitucionalizar o conceito de processo eleitoral a partir da concepção de cidadania e da teoria coconstitucionalizante.

Processo eleitoral é o espaço discursivo demarcado pelos princípios institutivos do processo e pelo estatuto constitucional dos direitos políticos para atuação da cidadania na concreção da estatalidade democrática, no qual os legitimados ativos exercem sua competência decisória de formação dos mandatos eletivos, em posição isomênica com o Estado e com os demais componentes da comunidade jurídica. (GRESTA, 2019, p. 408)

Isto é, o processo eleitoral é um espaço de atuação da cidadania para a formação de mandatos eletivos, estando diretamente conectado com a ideia de democracia representativa, já que o processo eleitoral é o meio pelo qual o povo escolhe seus representantes. Neste

ponto, cumpre destacar que a pluralidade e a diversidade são elementos imprescindíveis da democracia segundo Robert Dahl (2001, p. 92), “O corpo dos cidadãos num estado democraticamente governado deve incluir todas as pessoas sujeitas às leis deste estado, com exceção dos que estão de passagem ou dos incapazes de cuidar de si mesmos”. É com o respeito às minorias políticas que a democracia se distancia da oligarquia.

Quando se trata da democracia brasileira na nova república, segundo o Democracy Index, elaborado anualmente pela revista inglesa *The Economist*, em 2019 o Brasil se encontrava na 52ª posição do ranking, classificado como uma democracia imperfeita; já no ano seguinte (2020), o Brasil subiu três posições e alcançou a 49ª posição, entretanto ainda se mantendo uma democracia imperfeita, ocupando apenas a nona posição entre os estados latino-americanos.

Sob esta perspectiva, a baixa representatividade feminina nos espaços de poder, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Executivo, põe em cheque a qualidade de nossa democracia. Um estudo realizado em conjunto pela PNUD e ONU Mulheres (2020) com o intuito de analisar diversos indicadores de participação e direitos políticos das mulheres, o Brasil foi relegado a nona posição entre 11 países - ficando acima apenas do Chile (10º) e , destacando problemas como a violência política contra as candidatas e as mulheres eleitas; e a baixa porcentagem de representatividade feminina no parlamento brasileiro, como o estudo aponta que “mesmo sendo atingido o percentual mínimo reservado de candidaturas, o maior número de cadeiras conquistadas por mulheres ainda é bastante baixo, tendo chegado ao máximo de 15,0% de cadeiras apenas nas eleições de 2018” (PNUD; ONU MULHERES, 2020, p. 31). O estudo também expõe que além da baixa participação, as candidatas que são eleitas acabam sendo excluídas dos cargos de lideranças nos parlamentos.

Entre as poucas [mulheres] eleitas, os lugares que ocupam na hierarquia parlamentar são pouco relevantes. Ali, persiste uma consistente divisão sexual do trabalho, que exclui as deputadas e senadoras dos âmbitos decisórios de coordenação, perpetuando a aplicação da lógica do trabalho reprodutivo na carreira política. Ainda que se tenham instituído âmbitos específicos de atuação para as parlamentares, há também uma tendência ao isolamento de suas questões, repetindo a dificuldade de se transversalizar a abordagem de gênero. (PNUD, ONU MULHERES, 2020, p. 56)

Essa baixa representatividade inicia-se no processo eleitoral, especificamente com a filiação partidária, momento em que a candidata escolhe o partido político pelo qual disputará o cargo eletivo. Trata-se de início obrigatório, já que é uma das condições de elegibilidade, conforme art. 14, §3º, inciso V da Constituição Brasileira de 1988.

Nesse ponto, faz-se necessária uma digressão. Apesar de termos apontado como início obrigatório no processo eleitoral para a candidata a filiação partidária, é importante destacar que o processo eleitoral é mais abrangente. Há divergências doutrinárias de qual seria o marco temporal de início desse processo. Alguns apontam o art. 16 da Constituição, sendo um ano antes da eleição, enquanto Gresta (2019) aponta o processo como ciclos, o fim de um processo, marca o início de outro. Mas, independentemente do marco temporal de início, o foco deste trabalho é entender a violência política que a candidata sofre no processo eleitoral, portanto, convém demarcar o seu início na filiação partidária, a qual é normativamente e processualmente o primeiro contato com o sistema e a disputa eleitoral.

Destarte, a violência política no processo eleitoral pode ser compreendida como toda ação ou omissão, direta ou indireta, que desestime ou deslegitime a candidatura da mulher dentro do espaço destinado à formação de mandatos eletivos, incluindo todas as etapas do processo eleitoral compreendido dentro de uma perspecti-

230 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

va democrática, sendo, nesse sentido, melhor denominada violência político-eleitoral.

Assim sendo, apesar de a violência político-eleitoral existir dentro dos partidos políticos desde o momento da filiação, principalmente sob o aspecto da violência financeira e diretiva, é na campanha eleitoral nas redes sociais que é o foco desta pesquisa.

3. Campanha eleitoral nas redes sociais

Normativamente, a campanha eleitoral inicia-se no dia seguinte do último dia para registro da candidatura, conforme art. 36 da Lei das Eleições (BRASIL, 1997). Segundo Gomes (2021, p. 457) campanha eleitoral “trata-se do complexo de atos e técnicas empregados pelos candidatos e agremiações políticas com vistas a se comunicar com a comunidade, influenciar os eleitores para obter-lhes o voto e lograr êxito na disputa de cargo público-eletivo.” Ao longo dos anos, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, as campanhas eleitorais também ganharam uma dimensão virtual com a utilização em massa das redes sociais.

As redes sociais são, de certa forma, uma subcategoria dentro do termo de mídias sociais, como Telles (2010, apud NETO et al. 2015) apresenta “as Mídias Sociais são sites na Internet que possibilitam a criação colaborativa de conteúdos (participação), a interação social” (relação entre pessoas) e o compartilhamento de informações em múltiplos formatos”. Portanto, por mais que as campanhas eleitorais também se utilizem de websites, aplicativos para smartphones e e-mails, para se chegar ao eleitorado, nesse trabalho o enfoque é nas redes sociais.

Desse modo, redes sociais são diferentes de mídias sociais, pois as redes são espaços de comunicação e interação entre os seus membros ou amigos escolhidos pelo usuário. Mídias sociais quer dizer

“permitir conversações”. Elas são sites na internet construídos para permitir interação social e o compartilhamento de informações em vários formatos: fotos, mensagens, ícones entre outros. (NETO et al. 2015, p. 12).

A utilização das redes sociais nas campanhas eleitorais se deve por algumas características possuídas por essas formas de comunicação, uma delas é a facilitação de uma comunicação direta e instantânea entre candidato e eleitor, pois ao contrário do que ocorria antes onde a forma mais fácil e padronizada do candidato “chegar a casa” de seu eleitor era através da propaganda eleitoral, mas com o advento da internet e o surgimento das redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter e aplicativos de mensagens instantâneas como Whatsapp e Telegram, pois como Carreiro e Gomes (2017, p. 2) discorrem, as mídias sociais como “Facebook oferece um cardápio vasto de apropriações possíveis para ajudar cidadãos, governos e entidades a apresentar-se publicamente enquanto agentes políticos em interação contínua com quem quer que esteja interessado”. Uma outra característica é a diminuição dos custos e a possibilidade de uma campanha com grande enfoque digital, isso proporcionou o aumento da diversidade de candidatos e sua capacidade de se apresentar ao eleitorado, mas como aponta Rossini et al. (2016) alguns estudos apresentam que as campanhas ainda não utilizam o potencial total das mídias sociais, “contudo, é inegável que os avanços tecnológicos têm empurrado as campanhas em direção a novas maneiras de alcançar os eleitores” (ROSSINI et al. 2016, p. 150).

O acesso às mídias digitais dá voz política para atores que antes estavam excluídos do debate político, provocando uma ampliação da esfera pública e a inclusão de atores (candidatos e cidadãos de maneira geral) anteriormente sem capacidade de manifestação no sistema político, aumentando, assim, o pluralismo e a intensidade da competição política e do debate público, especialmente em períodos eleitorais como inclusive previram analistas pioneiros antes do advento das mídias digitais (BIMBER, 1998; NORRIS, 2001 apud BRAGA & CARLOMAGNO, 2018, p. 43).

232 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

A primeira utilização da internet para campanhas políticas e/ou eleitorais brasileiras datam de 1998, mas possibilitando pouca participação do eleitorado e servindo para reproduzir os conteúdos utilizados nos materiais impressos (BRAGA & CARLOMAGNO, 2018), já no ano de 2005 pode ser identificado o emprego de e-mails spams tratando sobre o referendo, do mesmo ano, contra a comercialização de armas de fogo, e nas eleições brasileiras majoritárias de 2010, “já se observava espaços de comunicação política que fugiam do controle das campanhas, através da constituição de canais de debate espontâneo nos fóruns de internet” (BRITO CRUZ et al. 2019, p.14). Como apontado por Braga e Carlomagno (2018) a ampla utilização das Mídias Sociais em campanhas eleitorais brasileiras ocorre após a eleições estadunidenses de 2008, pois o candidato democrata presidencial eleito, Barack Obama, se utilizou da internet e suas mídias sociais para expandir o alcance de sua campanha, entretanto outro evento também pode ser apontado como motivador foi a queda das restrições do Tribunal Superior Eleitoral ao amplo uso da internet para campanha pelos candidatos. Portanto já nas eleições brasileiras seguintes, que ocorreram em 2010, e como apontado anteriormente, se decorreu a ampla utilização das mídias sociais, especialmente as redes sociais como Facebook e Twitter, pelos candidatos, especialmente os presidenciáveis, e com isso estudos posteriores identificaram o início de algo que começaria a ser recorrente nas mídias sociais durante os períodos de eleições, a campanha negativa.

Nessas eleições, aparecem, ainda, os primeiros casos de campanha negativa, fake news e de desconstrução de imagem utilizando as mídias digitais (especialmente o Twitter) como um recurso importante, com a questão do aborto sendo usada de maneira intensa contra a candidata Dilma Rousseff (PT), tendo esse fato sido decisivo para levar a eleição para o segundo turno, segundo alguns observadores (BRAGA & CARLOMAGNO, 2018, p. 20).

Nas eleições majoritárias seguintes, pode ser confirmada um crescimento exponencial das utilizações das redes sociais em campanhas eleitorais, os principais presidenciáveis se utilizarem de diversos “tipos de conteúdos” utilizados pelas plataformas, sejam as hashtags no Twitter, os memes no Facebook e Twitter, e dentre outros (CARREIRO & GOMES, 2017; SANTOS & CHAGAS, 2017).

O aumento da utilização das redes sociais nas campanhas eleitorais, como tratado anteriormente, possibilitou tanto um contato entre o candidato e seu eleitor quanto um caminho direto para fake news, discursos de ódio e outras formas de ataque contra candidatos, principalmente os que constituem e/ou defendem minorias políticas e certas pautas, diversos estudos apontam que as agressões são feitas de forma a atacar o lado pessoal e privado das(os) candidatas(os) (REVISTA AZMINA & INTERNETLAB, 2021; STOCKER & DALMASO, 2016; LAURIS & HASHIZUME, 2020).

Um estudo sobre a violência política nas páginas e perfis de candidatas e candidatos nas eleições de 2020, feito em conjunto pelo Instituto Azmina e pelo InternetLab, com um enfoque em identificar os ataques direcionados às candidatas, foram coletados mais de 1 milhão e meio de tuítes, 8,8% continham termos ofensivos; 632 mil comentários (em 43 mil publicações) no Instagram, 2,7% eram constituídos de termos ofensivos e 60 mil comentários (em 1.8 mil vídeos) no Youtube, 9,8% compreendiam termos ofensivos. Observando os dados do Twitter encontrados pela pesquisa pode ser identificado que 55% dos tuítes ofensivos feitos à candidata a prefeita de São Paulo, Joice Hasselmann, eram de teor gordofóbicos; no outro espectro político, a candidata a prefeita de Porto Alegre, Manuela D’Ávila, foi direcionada ofensas devido a pertencer a um partido de esquerda em 51% dos tuítes ofensivos. Tais dados, dentre outros identificados pelo estudo, possibilitaram a análise de que “ deste modo, que, geralmente, as mulheres são ofendidas pelo que supostamente são, não por

234 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

suas ações enquanto candidatas e/ ou gestoras políticas” (REVISTA AZMINA & INTERNETLAB 2021, p. 30).

A transfobia também se fez presente a partir de discursos que negavam a identidade de gênero e reforçavam a biologização dos corpos. Thammy Miranda (PL) e Erika Hilton (PSOL) foram alvo de discursos de ódio que tentavam invalidar a presença do candidato e da candidata tendo como base o fato de ambos serem pessoas trans (REVISTA AZMINA & INTERNETLAB 2021, p. 7).

Uma pesquisa sobre os comentários ofensivos contra a ex-presidenta Dilma Rousseff feitos na página do jornal Folha de São Paulo no Facebook, em março de 2015, possibilitou os autores observarem “a partir da identificação e sistematização dos núcleos de sentido dos 1.158 comentários do corpus, realizadas por meio da Análise de Discurso, verificou-se que 56% do material analisado remete ao preconceito de gênero” (STOCKER & DALMASO, 2016, p. 688).

Olhando as eleições de 2016 à 2020, um estudo realizado pela Terra de Direitos e Justiça Global (2020) observando as diversas formas em que a violência política e/ou eleitoral pode ser utilizada, possibilitou ao olhar para as “ofensas” identificar não apenas os ataques e suas vítimas, mas verificar quem os praticou.

Nos casos em que foi possível identificar a autoria das ofensas, em 93% das situações as ofensas são praticadas por homens; em 7%, por mulheres. Nos casos em que se identificou o sexo das vítimas, em 76% das situações as mulheres foram vítimas de ofensas, em 24% dos casos as vítimas eram homens. Agentes políticos municipais (vereadores ou prefeitos) do sexo masculino são os principais agentes das ofensas mapeadas (23 casos). Por sua vez, mulheres vereadoras ou prefeitas (13 casos), junto com deputadas estaduais (12 casos) aparecem como as principais vítimas de ofensas nos casos levantados pela pesquisa (LAURIS & HASHIZUME, 2020, p. 44).

Os ataques são direcionados de diversas formas, sejam em postagens feitas pelos próprios usuários; em comentários nas postagens das(os) candidatas(os) ou em postagens de matérias jornalísti-

cas, especialmente no Facebook (STOCKER & DALMASO, 2016), podendo ser feito através da utilização de links, imagens e vídeos, e até mesmo memes (CARREIRO & GOMES, 2017; SANTOS & CHAGAS, 2017). Entretanto, importante ressaltar que a utilização de memes não incide sempre em ataques contra candidatos, inclusive, muitas vezes são utilizados pelos próprios candidatos, a problemática surge quando a produção e utilização dos memes se une ao discurso de ódio e ao machismo, trazendo mensagens homofóbicas, transfóbicas, misóginas, racistas e dentre outras.

A vertente anarquista encontrada na produção e compartilhamento de memes no ciberespaço pode ser vulnerável às interferências tendenciosas de agentes que corrompem esse processo de comunicação. Isso se deve ao fato da internet favorecer o anonimato e a falta de controle do fluxo de informações produzidos pelos usuários, favorecendo a atuação de grupos que se beneficiam com a articulação de movimentos sociais falsos na internet para exercer o seu poder (REZENDE & FARIAS, 2018, p.735).

A utilização do Twitter por candidatos se deve, além do contato direto com o eleitorado, mas também a característica “instantânea” que esta rede social possui, tanto pela forma que os tuítes são entregues, quanto pela limitação de caracteres, deixando assim uma leitura dinâmica e direta (BRAGA & CARLOMAGNO, 2018; MERCURI & LIMA-LOPES, 2018, 2020), e com a utilização de *hashtags*, se possibilita maior visibilidade dos conteúdos postados.

As *hashtags* são consideradas uma característica do Twitter. Os usuários só precisam usar o símbolo #, seguido por uma palavra ou frase para formar uma *hashtag*. A função primária das *hashtags* é reunir e demarcar as informações ou tópicos, facilitando a recuperação de conteúdos postados (SCOTT, 2015 apud OLIVEIRA & CARNEIRO, 2018, p. 8).

O uso das *hashtags* é feito tanto para um campanha positiva dos candidatos e seus militantes quanto para ataques a tais candidatos, um estudo das autoras Oliveira e Carneiro (2018) demonstra

236 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

a utilização da utilização de *hashtags* de forma agressiva tendo em como alvo outras pessoas, instituições e/ou empresas, “as *hashtags* atuam para atacar a imagem pública do outro, de forma agressiva e ofensiva. A ofensa pode ser dirigida a um ou mais usuário(s) do Twitter ou a um veículo de comunicação” (OLIVEIRA & CARNEIRO, 2018), outro estudo realizado por Mercuri e Lima-Lopes (2020) relata a utilização da *hashtag* #Dia28VouTrabalhar para demonstrar repúdio às manifestações de Greve Geral no dia 28 de abril de 2017, tais *hashtags* eram acompanhadas de mensagens nas quais os autores observam ataques diretos a movimentos de esquerda como PT e CUT, e até mesmo identificar que com incentivo de personalidades a outros usuários utilizarem pois “a *hashtag* contrária à greve deveria ser compartilhada para marcar uma posição ideológica e, assim, deixar claro em que lado estava.” (MERCURI & LIMA-LOPES, 2020, p. 1235). Por fim, um segundo estudo das autoras Oliveira e Carneiro (2020) demonstrou que a utilização das *hashtags* nas eleições brasileiras de 2018, passou de um movimento de apoio para uma demonstração de ódios e ataques a candidatos.

O emprego das *hashtags* agressivas no Twitter também foi marcado pela transformação de uma mensagem inicial de apoio (ou de amor) a um candidato, em uma postagem de ódio, feita por apoiadores de seu rival. Nesses casos, registrou-se, quase sempre, a presença de xingamentos e de expressões consideradas vulgares e agressivas em nossa sociedade (OLIVEIRA & CARNEIRO, 2020, p. 48)

As possibilidades de interação entre candidato e eleitor que as redes sociais possibilitam, muitas vezes acabam por se tornar em ataques e campanhas negativas, criando assim um ambiente desagradável, muitas dessas interações negativas podem ser encaixadas como violência política e eleitoral. Através da leitura e entendimento dos artigos e pesquisas mencionadas, podemos chegar a alguma das formas utilizadas para a prática da violência eleitoral utilizadas diretamente nas postagens das candidatas, as ferramentas não são

auto excludentes, podem ser complementares na violência política-eleitoral.

Quadro 1. Ferramentas de violência política-eleitoral

Ferramenta	Plataforma	Descrição
Comentários com imagens	Facebook; Twitter	Imagem com ou sem texto buscando ridicularizar a candidata e viralizar, perpetuando o ataque a pessoa alvo.
Comentários com links	Facebook; Twitter; Youtube	Utilizar de anexar links em comentários, normalmente levando para sites que tragam ataques à candidata, ou sites sugestivos com o intuito de atacar.
Comentários com texto	Facebook; Twitter; Youtube; Instagram	Comentando diretamente nas postagens da candidata, ou comentando em postagens de jornais e derivados que cite a candidata.
Retuíte e compartilhamento	Twitter; Facebook	Possibilitam compartilhar o conteúdo da candidata para seus pares inserindo um texto que pode ser de ataque e ódio.
Hashtags	Twitter	Palavras de ataque e ódio com o intuito de chegar a percepção dos usuários em geral e reunir usuários que possuem ideias parecidas.

Fonte: os autores, 2021.

Foram consideradas as formas de interação direta com a postagem das candidatas, sejam através dos comentários em texto, comentários em imagens (normalmente utilizando memes) e as outras formas mencionadas utilizam a própria postagem da candidata, com exceção das Hashtags, para realizar a violência política-eleitoral. Algumas ferramentas podem ser encontradas em mais de uma rede social, como o retuíte e o compartilhamento, ambos tem uma função idêntica, compartilhar o conteúdo de outro perfil da rede social, e poder inserir uma espécie de comentário sobre a tal postagem; algumas ferramentas estão presentes em todas as grandes redes sociais utilizadas pelo brasileiro, como os comentários em texto que estão presente

238 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

no Facebook, Twitter, Youtube e Instagram, porém algumas redes permitem formas diferentes como os dois primeiros que permitem o uso de imagens e os três primeiros permitem inserir links externos. Importante ressaltar que por mais que as hashtags tenham sido adotadas pelas demais redes sociais, ela possuiu maior utilização e relevância dentro do Twitter, pois o usuário tem acesso as hashtags mais utilizadas dentro da rede, seja em sua cidade, estado e país.

Dessa forma, as redes sociais, que se tornaram ao longo dos anos um espaço importante para a aproximação entre candidatos e possíveis eleitores, também são responsáveis por transpor ao virtual uma das barreiras para a igualdade de representatividade feminina: a violência político-eleitoral de gênero.

Essa violência praticada nas redes sociais apresenta de forma mais visível e pública o discurso de ódio e até mesmo a prática de crimes eleitorais contra a honra das candidatas, utilizando-se de ferramentas como hashtags, comentários, retuítes com comentários depreciativos entre outros expostos acima.

Diante desse contexto, a questão é: de que forma o discurso de ódio e os crimes eleitorais contra a honra se apresentam enquanto violência política de gênero na campanha eleitoral nas redes sociais?

4. Discurso de ódio e crime eleitoral nas redes sociais

Não é possível falar de discurso de ódio sem falar em liberdade de expressão. Isso porque, aquele pode ser compreendido como um abuso de direito ou excesso ilegal do exercício do direito de liberdade de expressão. Convém destacar que a liberdade de expressão é direito fundamental expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 no art. 5º, incisos IV, V, IX, sendo um direito amplo, mas não absoluto.

A liberdade de expressão - isto é: comunicação de ideias e opiniões - é protegida de forma ampla pela Constituição. Esse é um ponto fundamental nas democracias, já que opiniões contrárias e críticas não são em geral bem recebidas por governantes. [...] A liberdade de expressão tem, em primeiro lugar, uma dimensão individual. Cada pessoa tem a liberdade de pensar por si própria, formar seu próprio juízo e avaliação críticos, ter suas próprias opiniões e veiculá-las. (BACELLOS, 2020, p. 213)

Na visão de Sarmento (2007, p. 19) a liberdade de expressão funda-se em dois valores fundamentais: “garantia da democracia e proteção da liberdade individual”. Segundo o autor, a democracia se norteia pelo autogoverno e isso só será possível com a proteção desse direito pois, “É a sua garantia que possibilita que a vontade coletiva seja formada através do confronto livre de ideias, em que todos os grupos e cidadãos tenham a possibilidade de participar, seja para exprimir seus pontos de vista, seja para ouvir os expostos por seus pares” (SARMENTO, 2007, p. 20). Mais adiante o autor afirma que numa democracia a comunicação deve ser livre e com um forte compromisso com a igualdade entre os atores comunicacionais, “para que todos realmente possam falar e ser ouvidos, e não haja constrangimentos nas suas interações discursivas senão os decorrentes da força persuasiva dos melhores argumentos” (SARMENTO, 2007, p. 21).

Nesse ponto, é importante ressaltar que a liberdade de expressão também é um aspecto do exercício da própria cidadania e dos direitos políticos, já que expressar opiniões políticas e influir no debate público formas de participar da comunidade política e do próprio processo de tomada de decisão. No entanto, apesar de a liberdade de expressão ser direito fundamental corolário do princípio democrático e da cidadania, não é um direito absoluto e está, assim como outros direitos, suscetível a restrições, ou melhor, adequações e conformações.

240 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

Quando falamos em discurso de ódio, ou hate speech, fica clara a necessidade de adequar a noção de liberdade de expressão a outros princípios e direitos constitucionalmente protegidos: igualdade e princípio da não discriminação. Isso porque o discurso de ódio é a “manifestação de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivadas por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental e orientação sexual, dentre outros fatores” (SARMENTO, 2006, p. 2).

Esse tipo de manifestação baseada na discriminação prejudica o próprio debate público de ideias, justamente porque ofusca a discussão de ideias e projetos, dando espaço a disseminação de preconceitos e restringe a ampla participação de atores sociais na arena pública. Se numa dimensão política ampla, o discurso de ódio já entra em confronto com princípios democráticos, numa perspectiva de democracia que inclui a pluralidade como elemento essencial, quando falamos em processo eleitoral, mais especificamente a etapa de campanha eleitoral, e violência política de gênero, a prejudicialidade do discurso de ódio é ainda mais evidente.

O Relatório MonitorA (REVISTA AZMINA; INTERLAB, 2020) destaca alguns dos comentários coletados durante as Eleições de 2020 que se destinavam a candidatas mulheres. É importante perceber o conteúdo do comentário.

“Levando em conta seu peso, vc tomando a vachina estará salvando indiretamente 300 pessoas que ficarão sem a aplicação e não serão cobaias! Até que enfim uma boa ação! 1% de voto 51% de gordura”
Tuíte de cidadão em resposta a Joice Hasselmann, candidata a prefeita. (REVISTA AZMINA; INTERLAB, 2020, p. 31).

Outro ponto a ser destacado do referido relatório é que dentre os tuítes direcionados às candidatas, a maior parte deles relaciona-se a moral (42,2%), gordofobia (27,06%), descrédito (18,41%), intelectual (4,21%).

Quadro 2. Tuítes com ofensas direcionados a candidatas

Tipo de ofensa	nº de tuítes	% (do total)
Moral	535	42,46
Gordofobia	341	27,06
Descrédito	232	18,41
Intelectual	53	4,21
Física	47	3,73
Sexual	40	3,17
Racismo	3	0,24
Transfobia	2	0,16
Homofobia	1	0,08
Ameaça	1	0,08

Fonte: os autores, 2021.

Nesse contexto o Relatório conclui que

Geralmente, as mulheres são ofendidas pelo que supostamente são, não por suas ações enquanto candidatas e/ou gestoras políticas. Dentre as candidaturas monitoradas, as mulheres que concorriam à prefeitura de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro foram as mais atacadas no Twitter. (REVISTA AZMINA; INTERLAB, 2020, p. 31)

Em outro momento, aponta-se que até as mulheres que declararam apoio a candidaturas femininas sofreram violências:

Dos 1.859 tuítes que citavam mulheres políticas que declararam apoio público à Manuela nas redes, o MonitorA analisou 686 que tinham pelo menos três curtidas ou retuítes. Destes, 150 eram ofensas diretas à Marina Silva, ex-senadora pelo Acre e ex-ministra do Meio Ambiente, fundadora do partido Rede Sustentabilidade. Em apenas dois dias, foram coletados três tuítes ofensivos por hora. A idade e a religião foram os principais aspectos destacados nos xingamentos. Ela foi chamada de “velha” com termos pejorativos como “múmia”

242 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

e “tartaruga”, e também de “feia” e “hipócrita”. (REVISTA AZMINA; INTERLAB, 2020, p. 37)

Esse mesmo relatório identificou as diferenças da violência entre os gêneros, apontando como o gênero influencia no julgamento dos eleitores, em geral ofuscando a trajetória política da candidata e o projeto político posto em pauta por questões discriminatórias e misóginas, enquanto que a violência direcionada ao candidato homem refere-se a ações concretas dele.

“Velha”, “vitimista”, “dissimulada” e “bandida” estão entre os xingamentos mais comuns voltados às mulheres. Entre os destinados às candidaturas masculinas, estão termos como “pior prefeito”, “corrupto” e “jogo sujo”, relacionados às trajetórias políticas, o que não acontece com as mulheres, mesmo com as que já ocuparam cargos políticos. Em Porto Alegre, por exemplo, enquanto Manuela D’Ávila (PCdoB) foi xingada de “hipócrita” pela maneira de vestir-se, seu oponente, Sebastião Melo (MDB) foi taxado de “caloteiro” e de “corrupto” por denúncias de sonegação de impostos. (REVISTA AZMINA; INTERLAB, 2020, p. 40)

Percebe-se que dentro de um contexto de processo eleitoral, o discurso de ódio pode aparecer de forma camuflada, isto é, pode não conter as chamadas *fighting words* (palavras de briga, luta). No entanto, ainda contém elementos caracterizadores do discurso de ódio: fator discriminatório e finalidade de incitar violência contra um grupo ou de forçar a retirada do debate público de um grupo.

A partir da análise desse relatório, é possível descortinar a relação entre o discurso de ódio e a violência político-eleitoral, não como conceitos que se fundem ou se confundem dentro do contexto apresentado, mas um como instrumento do outro. Isto é, o discurso de ódio direcionado a mulheres candidatas no âmbito do processo eleitoral, e principalmente na campanha eleitoral, são instrumentos de violência política de gênero, já que as manifestações preconceituosas destinam-se não só a incitar a violência contra as mulheres - e

a candidata diretamente -, mas principalmente visam desestimular e deslegitimar a candidatura de mulheres. Nesse ponto, é importante diferenciar o discurso de ódio dos crimes eleitorais relacionados à violência político-eleitoral de gênero. Estes estão previstos no Código Eleitoral (BRASIL, 1965) do art. 323 ao art. 326.

O art. 323 do Código Eleitoral (BRASIL, 1965) penaliza a conduta da propaganda negativa, que consiste em divulgar fatos que sabe serem inverídicos sobre partidos ou candidatos capazes de influenciar o candidato. Esse crime é mais comum ser cometido por outros candidatos ou personalidades que tenham um alcance significativo. Nesses casos, é possível conter manifestações de ódio combinadas ou imbricadas à fake news, podendo assumir um caráter de violência política de gênero. Os art. 324 a 326 referem-se aos crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria. Nesse ponto, imputar fato criminoso ou inverídico, bem como xingar candidatos é crime, e pode conter discurso de ódio, mas não necessariamente. Aqui o bem jurídico protegido é a honra do candidato.

Importa consignar que o discurso de ódio não é definido, tampouco punido especificamente por lei, sendo que a injúria eleitoral - que pode conter mais naturalmente discursos de ódio - consiste em ofender a dignidade ou decoro de alguém na ou para fins de propaganda eleitoral. Dessa forma, o discurso de ódio pode ser entendido como crime eleitoral, especialmente a injúria eleitoral, mas não se confundem, já que aquele pode ser mais genérico e destinar-se a um grupo - por exemplo mulheres candidatas -, enquanto que os crimes requerem um "alguém", ou seja, uma vítima individualmente identificável.

Sendo assim, apesar de conceitos diferentes, crimes eleitorais - campanha negativa e crimes contra a honra - e o discurso de ódio apresentam-se nas redes sociais durante o processo eleitoral, espe-

244 — Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral

cialmente campanha eleitoral, como instrumentos da violência político-eleitoral.

5. Considerações finais

Este artigo se propôs a analisar a violência política de gênero que ocorre nas redes sociais durante as campanhas eleitorais das candidatas mulheres. Logo de início, constata-se que as redes sociais durante o período eleitoral tornam-se um campo aberto de debates e diversas formas de violência de gênero.

Caracterizamos a violência político-eleitoral como toda ação ou omissão, direta ou indireta, que desestimore ou deslegitime a candidatura da mulher dentro do espaço destinado à formação de mandatos eletivos, incluindo todas as etapas do processo eleitoral compreendido dentro de uma perspectiva democrática, podendo ocorrer dentro do espaço das redes sociais.

Nesse sentido, as candidatas, desde a sua decisão de disputar eleições até o fim da eleição, sofrem violência político-eleitoral, seja nos ciclos de convívio pessoal; dentro do partido no qual estão filiadas; de adversários políticos e possíveis eleitores.

Com um olhar sobre o processo eleitoral, foram identificadas duas formas de como esses ataques de violência político-eleitoral contra as candidatas ocorrem: no Facebook poder ser por meio de comentários (STOCKER & DALMASO, 2016), tanto para ofensas textuais, quanto para propagação de memes que buscam ofender e muitas vezes contêm discursos de ódio (REZENDE & FARIAS, 2018). Os ataques e ofensas também são desferidos no Twitter, através do compartilhamento de conteúdo com a utilização das hashtags, ou muitas vezes no texto da mesma. (OLIVEIRA & CARNEIRO, 2018, 2020; MERCURI & LIMA-LOPES, 2020). Com isso foi elaborado o

Quadro 1, e nele foram caracterizadas as ferramentas identificadas para atacar as(os) candidatas(os) nas redes sociais, principalmente a utilização dos comentários nas diversas redes sociais, eles representam um contato direto com a “candidata alvo”, e como demonstrado pela pesquisa da REVISTA AZMINA e INTERLAB (2020), os insultos variaram de ataques contra a moral; gordofobia e até mesmo racismo, dentre outras formas de violência político-eleitoral.

Identificamos assim que o discurso de ódio, como manifestações de cunho discriminatório, tem sua presença marcada nos comentários e interações com as candidatas como demonstrado anteriormente, agindo como um instrumento de violência político-eleitoral, vez que se presta a deslegitimar ou desestimular a candidatura da mulher.

Importante ressaltar que o discurso de ódio não é caracterizado na legislação brasileira, mas passível de sanção por meio dos crimes eleitorais, especialmente aqueles contra a honra, como a injúria eleitoral. Entretanto, os crimes eleitorais requerem a identificação de uma vítima, enquanto o discurso de ódio pode ser proferido contra um grupo social identificável.

Concluimos, portanto, que o discurso de ódio abrange os crimes eleitorais, quais sejam propaganda negativa, difamação, calúnia e injúria eleitoral, mas não se limita a eles, sendo, no curso do processo eleitoral - especialmente a campanha eleitoral -, utilizado como instrumento de violência político-eleitoral de gênero. Trata-se, pois, de mais uma das muitas barreiras rumo a igualdade de representatividade das mulheres na política.

Referências

AMANTINO, Antônio Kurtz. Democracia: a concepção de Schumpeter. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 5, n. 10, p. 127-140, 1998.

246 **Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral**

BARCELLOS, Ana Paula de. Curso de Direito Constitucional. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BRAGA, Sérgio; CARLOGMAGNO, Márcio; Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). Revista Brasileira de Ciência Política, vol. 26, n. 1, p. 7-62, 2018.

BRASIL. Código Eleitoral. Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Constituição Federal da República do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.504. Brasília, DF, 1997.

BRITO CRUZ, Francisco (coord.); MASSARO, Heloisa; OLIVA, Thiago; BORGES, Ester. Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações. São Paulo, InternetLab, 2019.

CARREIRO, Rodrigo; GOMES, Wilson. Discussão política online no Brasil: ocorrência e manutenção da discordância política no Facebook. In: VII Compolítica, 2017. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2017_CARREIRO_GOMES.pdf; Acesso em: 16 jun. 2021.

CASTLES, Manuel. A sociedade em rede - volume I. 6º ed. 14º reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora UnB, 2001.

GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Wilson. A democracia no mundo digital: história, problemas e temas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GRESTA, R. Teoria do processo eleitoral democrático: a formação dos mandatos a partir da perspectiva da cidadania. Tese (doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

LURIS, Élica; HASHIZUME, Maurício. Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020.

MERCURI, Karen Tank; LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, vol. 59, n. 2, 2020.

NETO, Manoel Rocha et al. As mídias sociais digitais como ferramentas de comunicação e marketing na contemporaneidade. *Quipus*, vol. 4, n. 2, p. 11-21, 2015.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CARNEIRO, Marisa Mendonça. #Caguei: agressividade no Twitter. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, vol. 12, n. 22, p. 7-20, 2018.

OLIVEIRA, Ana Larissa Adorno Marciotto; CARNEIRO, Marisa Mendonça. #ELESIM, #ELENÃO, #ELASIM, #ELANÃO: O Twitter e as hashtags de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018. *Linguagem em (Dis) curso*, vol. 20, n. 01, p. 33-49, 2020.

PNUD; ONU MULHERES. BRASIL: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade. *Brasil: ONU Mulheres*, 2020.

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021.

REZENDE, Heitor Pinheiro de; FARIAS, Luis Alberto de. A influência anárquica e violenta dos memes na política brasileira. *Revista Observatório*, vol. 4, n. 1, p. 730-750, 2018.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição et al. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. *Revista Fronteiras*, vol. 18, n. 2, p. 145-157, 2016.

SANTOS, João Guilherme Bastos; CHAGAS, Viktor. A revolução será memetizada: engajamento e ação coletiva nos memes dos debates eleitorais em 2014. *Compós*, vol. 20, n. 1, 2017.

SARMENTO, Daniel. Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado. *Revista Diálogo Jurídico*. n.º. 16, p. 1-39, 2007.

248 **Violência política de gênero nas redes sociais: quando o discurso de ódio e os crimes eleitorais servem de ferramenta para a violência no processo eleitoral**

SARMENTO, Daniel. A liberdade de expressão e o problema do hate speech. Revista de Direito do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, ano 1, n. 4, 2006.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. Estudos Feministas, vol. 24. n. 3, 2016.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index. Londres: The Economist, 2020.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index. Londres: The Economist, 2021.

Sobre os autores

Geovana Teixeira Machado

Pós-graduanda em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: geovanatmachado@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org./0000-0002-8439-7695>.

Jorge Luiz Marques Schlichting

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: jlmschlichting16@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org./0000-0002-5337-8504>.